

A PERCEÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA MULHER NEGRA SOTEROPOLITANA FRENTE AO GOVERNO DILMA ROUSSEFF

Aline Costa Conceição¹
Jurema Gomes Bomfim²

RESUMO

Este trabalho se insere no cenário político brasileiro e conseqüentemente traz reflexões sobre como os acontecimentos do governo do país tem sido observado pelos seus (as) cidadãos (as), mais especificamente após os quatro anos em que chega ao poder público a 1º mulher Presidenta do país. Desse modo, buscamos compreender qual a representatividade e expectativas das mulheres negras soteropolitanas no atual contexto do governo Dilma Rousseff em Salvador - BA. O público alvo desta pesquisa foram cidadãs brasileiras, negras, residentes na Bahia, especificamente na cidade de Salvador. Foram entrevistadas seis mulheres: uma professora universitária, duas alunas universitárias, duas cidadãs trabalhadoras assalariadas e uma policial militar. Os dados foram coletados através das entrevistas não diretivas, algumas foram gravadas e posteriormente transcritas e outras foram faladas e registradas no ato da entrevista. Com o intuito de compreender como essa mulher negra soteropolitana se enxerga em seu cotidiano e suas expectativas frente à realidade política de Salvador no governo Dilma Rousseff. Percebemos com as falas das entrevistadas que a mulher negra reconhece a importância da mulher na instância de poder público. Contudo, os espaços políticos não tornam acessível à entrada das mulheres nestes contextos.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere no cenário político brasileiro e conseqüentemente traz reflexões sobre como os acontecimentos do governo do país tem sido observado pelos seus (as) cidadãos (as), mais especificamente após os quatro anos em que chega ao poder público a 1º mulher Presidenta do país. Desse modo, buscamos compreender qual a representatividade e expectativas das mulheres negras soteropolitanas no atual contexto do governo Dilma Rousseff em Salvador - BA.

¹ Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Graduanda em Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mails: jugomesbomfim@gmail.com;

² Graduanda em Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades da Universidade Federal da Bahia – UFBA. E-mails: alinecst2@gmail.com;

Partindo dessa ideia, é necessário entendermos como se deu no Brasil este processo. Inicialmente, é válido lembrar o ponto de partida da história, desde o nascedouro do genocídio sistemático conhecido como tráfico negreiro, que o povo negro e em especial a mulher negra, escravizada teve seu destino decretado com a ida para a Cidade de Salvador, onde boa parte morria em decorrência dos maus tratos e precárias condições ou eram levadas para as lavouras de cana de açúcar e café e exploradas sexualmente por seus senhores em atividades domésticas dentro das Casas Grandes.

Após séculos de sofrimento a descendente africana herdou um legado de preconceito arraigado, estereotipadas, muitas vezes invisibilizadas e desacreditadas, trazendo essa amarga situação para a cidade de Salvador. Dessa forma, podemos observar como essa realidade ainda está presente na vida da maioria das mulheres negras. Neste sentido, essas ideias se concretizam em preconceitos raciais, estruturais e institucionais, na qual refletem no cotidiano dessas mulheres, traduzidos em altos índices de desempregos, formas precárias de vida, dificuldade no acesso aos serviços públicos e quando conseguem se inserir no mercado, há um direcionamento dessas mulheres as vagas de empregos com carga horária exaustiva e baixos salários.

Diante dessa problemática, percebemos na atualidade algum comprometimento do Estado na elaboração de políticas públicas com intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida para as famílias brasileiras oriundas das classes populares. Entretanto, notamos esforços pálidos do governo atual concernente à redistribuição de renda como o Bolsa Família, onde grande parte dos beneficiários esta localizada na região nordeste. Para o projeto em foco, desponta a cidade de salvador, capital onde boa parte das mulheres negras chefes de família, se encontram em subempregos e com baixos salários, e por muitas vezes não sendo reconhecidas e representadas em seu ambiente de trabalho e frente à sociedade.

Sendo assim, este trabalho busca analisar os relatos dos modos de vida das mulheres negras a partir das suas percepções referentes a atuação do governo brasileiro, mais especificamente como as cidadãs soteropolitanas compreendem a gestão de Dilma Rousseff.

Assim, entendemos que a pesquisa é relevante para nós, discentes do curso de Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidades, pois aborda a temática da mulher negra frente ao governo Dilma no contexto da cidade de Salvador, uma cidade que se destaca no

cenário nacional pela viva cultura afro-brasileira existente nas relações econômicas, sociais e culturais do país.

Este trabalho também se torna relevante para a sociedade, especialmente para a soteropolitana, pois desenvolve uma reflexão sobre questões de classe, raça e gênero, de extrema importância para os cidadãos e cidadãs que se identificam com a cor negra e também com os que se consideram de outras cores, para compreenderem como o gênero feminino e negro está representado socialmente. Além disso, se torna autêntico para refletirmos sobre as relações sociais que se tem estabelecido na nossa sociedade e como ela tem apreendido esses reflexos.

2 DOS CAMINHOS METODOLÓGICOS

A partir de estudos referentes à temática, concebemos o processo metodológico a ser executado na pesquisa. É interessante ressaltar que Severino (2007) afirma que a partir de uma abordagem qualitativa, é possível a utilização de várias metodologias de pesquisa, evidenciando mais os seus fundamentos epistemológicos.

Então, entendemos que para perceber as mulheres negras na sociedade brasileira soteropolitana e falar sobre como elas se percebem e são representadas é preciso “situar-se, observar e descrever” (SILVA, 2009, p. 1), ou seja, é preciso ter um olhar etnográfico desse contexto. Assim, delimitando-se o espaço em que a pesquisa irá transcorrer, tende a permitir ao pesquisador ou etnógrafo “se situar, isto é, adquirir naquele contexto um lugar e uma identidade” (SILVA, 2009, p. 1), ou seja, para que a pesquisa seja realizada é necessário que o pesquisador se perceba naquele campo e tenha embasamento para poder compreender seu papel e a sua importância para a temática e o caminho metodológico.

Neste sentido, para a coleta de dados dessa pesquisa compreendemos que a entrevista não diretiva, segundo Antônio Severino (2007) acrescenta que se pode colher informações a partir de um discurso mais livre. Sendo importante que o entrevistador “deve praticar um diálogo descontraído, deixando o informante à vontade para expressar sem constrangimentos suas representações.” (SEVERINO, 2007, p. 125).

É importante destacar que a utilização desse instrumento foi crucial para a coleta de dados desta pesquisa, pois, nos possibilitou visualizar os objetivos deste projeto e desenvolver um discurso mais livre, pois a temática é um pouco complexa e pressupõe um olhar etnográfico para os detalhes das falas das entrevistadas. Contudo, foi o mais viável a ser feito, pois possibilitou a percepção direta e mais verdadeira do entendimento da temática pelas entrevistadas.

O público alvo desta pesquisa foram cidadãs brasileiras, negras, residentes na Bahia, especificamente na cidade de Salvador. Foram entrevistadas seis mulheres: uma professora universitária, duas alunas universitárias, duas cidadãs trabalhadoras assalariadas e uma policial militar.

Os dados foram coletados através das entrevistas não diretivas, algumas foram gravadas e posteriormente transcritas e outras foram faladas e registradas no ato da entrevista. Com o intuito de compreender como essa mulher negra soteropolitana se enxerga em seu cotidiano e suas expectativas frente à realidade política de Salvador no governo Dilma Rousseff.

3 PENSANDO NA MULHER NEGRA E SUAS REPRESENTAÇÕES

As mulheres negras tem sido parte importante da sociedade soteropolitana brasileira há muitos séculos. Como grupo social específico em defesa de seus interesses ou como parte do amplo contingente negro de mulheres ou geral que luta por justiça social e inclusão social, sua atuação pode ser vista aqui em Salvador desde o início do processo do tráfico negreiro e a vinda coercitiva de muitas dessas mulheres negras sudanesas ou bantas para o Brasil, e mais especificamente, para a cidade de Salvador. Como observa o autor Oliveira Martins reafirmando o uso da força e da opressão:

[...] Na obscuridade do antro, os infelizes, promiscuamente arrumados a monte, ou caíam inânimes num torpor letal, ou mordiam-se, desesperados e cheios de fúria. Estrangulavam-se: A um saíam-lhe do ventre as entranhas, a outro quebravam-se lhes os membros nos choque dessas obscuras batalhas.

[...]. Quando o navio chegou ao destino, o carregamento desembarcava colunas de esqueletos cheios de pústulas, a pele rasgada, comidos de bichos, com o ar parvo e esgazeado dos idiotas. Alguns sem força eram levados aos

ombros como fardo. O capitão voltando a bordo para limpar o chão, achava os restos, a quebra da carga que trouxera, havia por vezes, cinquenta e mais cadáveres sobre quatrocentos escravos! (Oliveira Martins, apud, WERNECK, 2014)

Através dessas palavras e desse acontecimento descrito acima que inicia a participação da cultura, da cor, da etnia negra nas terras e na sociedade brasileira. Sendo assim, sem nenhuma dúvida, é notório como o processo do tráfico negreiro influenciou de tal maneira, alterou e para muitas, retrocedeu e dizimou a história de mulheres negras trazidas forçosamente para os portos de desembarque na Bahia especificamente em Salvador.

Assim, Bauman (1998) diz que:

O notável é que não somos incapazes de reconhecer atos errados ou flagrantes injustiças quando nos deparamos com eles. O que nos deixa pasmados é como puderam ser produzidos se cada um de nós só fez coisas inofensivas [...]. É difícil aceitar que muitas vezes nenhuma pessoa ou grupo planejou nem provocou nada. É ainda mais difícil ver como nossas próprias ações, através de seus efeitos longínquos, contribuíram para a produção da miséria. (apud BAUMAN, 1998, p.44-45)

De fato, as lutas políticas e sociais das mulheres negras soteropolitanas por equidade se desenvolve ao longo dos séculos e devemos reconhecer que têm sido parte fundamental dos amplos segmentos que constroem cotidianamente esta cidade. Ainda que violentadas em seus direitos e invisibilizadas pelo processo histórico opressor, pois atuam num contexto de racismo, lesbofobia e sexismo, colocando a disposição da sociedade soteropolitana brasileira anos de lutas, de trabalho, de pensamento a serviço de uma ação transformadora da realidade vivida. Neste contexto, o Fanon diz que:

Com o trabalho forçado, dá-se o contrário: nada de contrato; além disso, é preciso intimidar; patenteia-se, portanto a opressão. Nossos soldados no ultramar rechaçam o universalismo metropolitano, aplicam ao gênero humano o *numerus clausus*; uma vez que ninguém pode sem crime espoliar seu semelhante, escravizá-lo ou matá-lo, eles dão por assente que o colonizado não é o semelhante do homem. (FANON, 1968, P.9)

Sob esse aspecto observa as dificuldades vivenciadas por negros e principalmente por mulheres desde o processo escravagista e que são mantidas na opressão de um trabalho que não tem significado e, mas ainda, por obriga-los a um trabalho escravo, legitimando a ideia de inferioridade do negro e da mulher. Essas ideias são concretizadas nas palavras de

uma das entrevistadas, quando expõe o seu entendimento da representação da mulher negra na capital baiana. Ela diz que:

Não me sinto representada, pois a mulher negra ainda é vista como objeto, extremamente sexualizada, com os menores salários e os piores empregos, a PEC das domésticas deixou muita brecha e ainda falta regulamentação de diversos direitos, anos luz negados a essas mulheres desde o tempo da escravidão e reproduzindo assim ainda um sistema opressor. Não vejo mudanças significativas nessa seara, nem vontade política para a real modificação da visibilidade e como essa mulher negra é mostrada principalmente na mídia que como formadora de opinião é de extrema importância que seja fiscalizada. “A mulher negra ainda é órfã.” (Relato Oral – T. T., 2014).

Percebemos que nas entrevistas as mulheres negras se sentem representadas por Dilma apenas referentes ao seu gênero e essas mulheres afirmam ser positiva a ascensão da mulher ao poder presidencial. Segundo uma delas “o governo de Dilma tem proporcionado melhorias significativas na vida das mulheres no Brasil e em Salvador também” (Fala da D.R.), outra relata que “Eu acho ótimo, porque quebra o tabu, o homem se acha o maior, pro homem, a mulher não pode estar acima dele [...]” (Fala da M.C.S.). Essas mulheres entendem a representação da mulher através de Dilma, porém percebem a dificuldade de se sentirem representadas no governo como mulher negra, como citou acima a Entrevistada em destaque.

Assim, essas mulheres negras soteropolitanas vislumbram em seu horizonte, uma sociedade sem iniquidades, sem racismo, sexismo, sem as desigualdades de classes sociais tão comuns em suas histórias, sem diferenças na orientação sexual, na geração ou na condição física e mental, entre outras.

Compreender a luta dessas mulheres negras tão hostilizadas num passado que ainda se faz presente em suas reivindicações pela realização de seus direitos políticos e sociais, é entender como as propostas de debates sobre as políticas públicas e a luta contra as desigualdades, a perda da identidade como mulher negra por conta de um processo de colonização desagregador e inferiorizante, são aspectos primordiais para que essas mulheres se reconheçam como sujeitas representadas em sua cidadania, em seu contexto social e em sua história na cidade de Salvador. Como argumenta D.R.:

A educação que tivemos durante a infância foi uma educação difícil, dura que não permitiu conquistar outros espaços. Porém a participação nos espaços de militância me permitiu o empoderamento. Então em

qualquer espaço eu sou uma mulher negra, batalhadora, que busca ser representada e respeitada em sua totalidade. Portanto, o fato de ser mulher e negra não me torna inferior a ninguém. (Relato Oral – D.R., estudante de Serviço Social, 2014)

Diante da carência de políticas públicas do governo voltadas para validar a ascensão e representatividade podemos elencar alguns programas específicos que corroboram com busca da igualdade e visibilidade da mulher, criados pela Secretaria de Promoção da Mulher: Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, que se caracteriza pela procura da equidade referente ao mercado de trabalho bastante desigual para o contingente feminino negro. Podemos perceber no relato de Lucinéia a forma como as mulheres negras ainda enfrentam percalços:

A mulher negra tem se destacado cada vez mais no mercado de trabalho com a ajuda do governo da Dilma, claro que a mulher negra sofre ainda, por exemplo, uma vez saiu eu, minha prima e a vizinha dela uma que é loira. No dia seguinte a loira foi chamada pra C&A. E a gente foi? Não! Por que isso? Será que a gente é pior do que os outros? Só pelo fato de ela ser branca e loira ela foi chamada! [...] no shopping você conta de dedo os poucos negros, tem loja que para dizer que tem negro coloca uma pessoa parda que diz que é negro, e que não é, porque perante a sociedade a gente é negra e ela não. Isso o governo precisa melhorar! Obrigar as empresas a colocar mais negros. (Relato Oral – L.S., Micro Empreendedora Individual, 2014)

Neste sentido, a SPM coordena ações preventivas de garantias e direito escritas em seu Art. 31 que fala da Coordenação de Ações Preventivas e Garantia de Direitos (BRASIL, 2013) compete:

I - Publicar cartilhas e divulgar campanhas de caráter nacional visando promover a desconstrução de estereótipos e representações de gênero, mitos e preconceitos em relação à violência contra as mulheres;

II - articular com os sistemas de saúde, educação, assistência social justiça e segurança pública de estados e municípios para a realização de capacitação de profissionais da rede de atendimento;

III - elaborar matrizes de conteúdo para a formação e capacitação de profissionais da rede de atendimento.

IV - acompanhar e monitorar os processos de capacitação dos profissionais da rede de atendimento;

V - fomentar debates sobre questões estruturantes favorecedoras de todas as formas de violência contra as mulheres, inclusive o tráfico de mulheres,

exploração sexual e prática de crimes contra as mulheres e relativas à discriminação de gênero.

VI- promover a divulgação das ações realizadas pela Secretaria;

VII - coordenar as campanhas executadas pela secretaria;

VIII - coordenar a realização de encontros, seminários, oficinas e eventos da Secretaria;

IX - elaborar material didático e de divulgação das ações da Secretaria; subsidiar a Secretária nas decisões referentes às ações preventivas e de garantia de direitos;

X - subsidiar a Secretaria no que se refere às ações educativas e preventivas da violência contra as Mulheres;

XI - exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. (BRASIL, 2013, p. 22)

Conforme prevê o inciso II do Art. 31 da SPM, as ações tem sido efetivadas garantindo os direitos e facilitando a profissionalização que possibilita a independência financeira e contribui com fortalecimento de sua identidade como sujeito e também com a sua autoestima.

Eu sinto que agora a mulher tem maiores chances de trabalho e tem tomado mais a iniciativa de estudar, fazer curso, ir atrás e não ser sustentada por homem, porque se depender de homem, a gente passa o resto da vida numa escravidão. (Relato Oral – M.S., Trabalhadora Doméstica, 2014)

De acordo com os incisos I e V do referido artigo, que fomenta a iniciativa da sociedade civil de forma efetiva, combatendo os estereótipos de gênero e violência doméstica, problemas recorrentes da atualidade, que maculam a integridade física e psicológica impedindo o desenvolvimento pleno das mulheres, como afirma Daniela:

As mulheres têm conquistado diversos espaços que antes eram considerados exclusivos para homens. A presidência da república ser conquistada por uma mulher foi um destes passos, importantíssimo para a quebra do preconceito, do machismo e do sexismo. Sim, o governo de Dilma tem proporcionado melhorias significativas na vida das mulheres no Brasil e em Salvador também. Como a implantação da Secretaria especializada no atendimento a mulher, como a expansão do Programa Minha Casa, Minha Vida, permitindo autonomia e liberdade a essas mulheres. Como também ampliação dos atendimentos das DEAM's que foi mais visibilizado pelas comunidades. (Relato Oral – D.R., estudante de Serviço Social, 2014)

André Forasteri (2014) em sua análise às críticas concernentes as políticas públicas, defende como solução emergencial viável e prática, pois considera que o programa Bolsa Família tem uma vital importância para as famílias beneficiadas contribuindo com a diminuição das taxas de mortalidade infantil, manutenção das ações afirmativas e garantindo a representação e empoderamento da mulher, especialmente da mulher negra como provedora. Neste sentido que a doutora em educação afirma:

A revista britânica Lancet publicou semana passada estudo que relaciona de forma conclusiva o Bolsa Família com a queda da mortalidade infantil. Dados de quase 3000 municípios brasileiros foram utilizados, no período entre 2004 e 2009. A Lancet é a mais tradicional publicação científica na área de saúde do planeta - existe desde 1823. Nas cidades em que o programa tem alta cobertura, a queda geral na mortalidade infantil foi de 19,4%. Cruzando o Bolsa Família com causas específicas de morte, o impacto é ainda maior: queda de 65% nas mortes por desnutrição e 53% nas mortes por diarreia. O Bolsa Família, portanto, salva vidas. Não é uma solução permanente. É uma operação de emergência, necessária hoje e todo dia. Sua missão fundamental é salvar vidas em perigo, vidas que enfrentam uma calamidade permanente (o miserê nacional, desastre que de natural não tem nada). Aí chegamos a outra crítica comum ao programa: mas pra quê tanta criança? Essa mulherada sem vergonha não está parindo um filho atrás do outro, só pra garantir uma renda fixa? A resposta é um grande não. A taxa de fertilidade do Brasil vem caindo rápido. Hoje é de 1,8 filhos por mulher, a mesma que o Chile, menos que os Estados Unidos (1,9). Está abaixo do nível mínimo de reposição da população (que é 2,1%). É evidente que se o mundo tivesse dois bilhões de pessoas, em vez de sete, estaríamos melhor na fita. Quanto menos pobre, menos pobreza... mas o fato inquestionável é que as brasileiras têm cada vez menos filhos. E cada vez mais tarde - 40% das nossas conterrâneas entre 25 e 29 anos ainda não têm filhos. (FORASTIERI, 2014, p. 01)

Porém a entrevistada T.T. discorda do artigo 31 já citado, pois considera:

Entendo que seja interessante pela representatividade e visibilidade da mulher no posto mais alto do Governo, porém no que concerne a questão dos direitos humanos e especialmente sobre os recortes como homossexualidade, laicidade do estado, questões raciais e gênero por ser uma mulher no poder esperava um pouco mais desse governo, sem barganhas com bancadas evangélicas que só trazem retrocesso ao país. (Relato Oral – T.T., Tenente da Polícia Militar da Bahia, 2014).

Olhando por outro prisma, Marilene também não enxerga o sucesso da implementação, pois entende que as políticas públicas do governo Dilma, apenas formam um contingente de dependentes do programa, que ao seu ver é de cunho assistencialista, não

permitindo a percepção de mudança da realidade vivida, como também a estagnação por parte dos beneficiários:

Não, não vi nenhum avanço. A única coisa que eu vejo de diferente são as mulheres tendo mais filho, pra ganhar mais dinheiro no Bolsa Família, esse programa contribuiu pra as mulheres engravidarem mais. Lá perto de casa é que mais vejo, tem uma menina de pouco mais de 24 anos, que já tá no sexto filho, não trabalha, não faz nada, ela é sustentada só pelo Bolsa Família. O resto tá o mesmo, continua difícil marcar médico no SUS, às vezes você chega na data marcada 2 meses antes, e não tem médico nenhum. A polícia continua tratando a gente feito lixo, só porque é mulher, preta e pobre. (Relato Oral – M.S., trabalhadora doméstica, 2014)

Heloísa Vilela, no site Vi o Mundo, escreveu sobre a insuficiência dos programas de transferência de renda do governo federal afirmando que:

O Bolsa Família, assim como os demais programas de transferência de renda adotados em toda a América Latina e em boa parte da África, não acaba com a pobreza. Como um analgésico, ele alivia os sintomas. Não corrige as desigualdades, nem investe na cidadania e na construção de uma sociedade mais igualitária. Inclui no mercado uma grande quantidade de pessoas, antes alijadas da sociedade de consumo. Assim, muitos pobres que passaram a ter acesso a bens de consumo, como televisão, geladeira, telefone celular, continuam sem acesso, por exemplo, à rede de esgoto e água potável. (VILELA, 2014, p. 01)

Já no que concerne à Coordenação das Relações de Poder e Participação Política (BRASIL, 2013) podemos explicitar as seguintes ações:

- a) apoiar a formação de lideranças mulheres;
- b) estabelecer parcerias em campanhas para ampliar a participação das mulheres no ambiente político partidário;
- c) apoiar a construção de plataformas para mulheres participarem das eleições;
- d) monitorar a aplicabilidade da lei de cotas para mulheres nas eleições;
- e) acompanhar a tramitação de projetos legislativos no Congresso Nacional, votados à temática da mulher.
- f) disponibilizar dados, informações e estudos sobre o tema.

Parceiros: Estados, Municípios, Legislativo Federal, Movimentos Social. (BRASIL, 2013, p. 24 – 25)

Essas ações mostram o compromisso que o governo Dilma tem de representar e movimentar social e politicamente as mulheres no país. Além disso, essas ações dão poder institucional a mulher para uma maior participação nas relações sociais, nas instituições públicas e privadas, na política partidária. Percebemos que as entrevistadas legitimam o progresso do Brasil frente à inserção da mulher no poder público brasileiro e que este marco estimula uma maior participação política das mulheres no país. A entrevistada I.S.J., relata que “acho que todas as mulheres do Brasil deveriam se honrar por ter uma mulher no poder independente do que os homens falem. A primeira marca a história. Espero que Dilma faça muito mais por nós mulheres negras”. Essa fala confirma a ideia de que as ações propostas pelo governo Dilma para a inserção da mulher no ambiente político partidário chega até as cidadãs soteropolitanas e elas são favoráveis às mulheres no poder, porém eles percebem o distanciamento entre as suas realidades e a legislação estabelecida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, percebemos que a pesquisa é importante para expressar que as relações de gênero e étnico-raciais ainda encontram alguns percalços no caminho pela busca de equidade entre os sexos e entre as pessoas de cores de pele diferentes. Percebemos com as falas das entrevistadas que a mulher negra reconhece a importância da mulher na instância de poder público. Contudo, os espaços políticos não tornam acessível à entrada das mulheres nestes contextos. Através das entrevistas podemos entender que a mulher não se sente atraída para participar destes momentos políticos, mesmo compreendendo a importância de ter mulheres em cargos importantes no governo brasileiro e que essas poucas mulheres ajudam a mudar um pouco o pensamento de uma hegemonia masculina.

Os esforços realizados para tornar as mulheres negras e pobres protagonistas de suas vidas é um passo recente na história do Brasil e tem proporcionado à implantação de Políticas Públicas que pensem esses personagens que compõem a sociedade soteropolitana e brasileira. É válido nos conscientizarmos que a luta pela equidade de gênero e raça ainda não é visível, mas essas mulheres negras nos mostram que precisamos avançar e continuar lutando para que mais mulheres cheguem ao poder público e que possamos compreender que ter um homem ou uma mulher em cargos tão importantes nos traga qualidade de vida e benefícios sociais para

todos independente do gênero, da raça, da etnia e da sexualidade. Devemos pregar a equidade entre os sujeitos que compõem a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Secretaria de Políticas para as Mulheres**. Anexo Regimento Interno. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/ouvidoria/anexo-ri-spm.pdf>> Acessado em: 25 de junho de 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
DAMATTA, R. **Relativizando: uma introdução a Antropologia Social**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

FANON, F. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDES, F. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FORASTIERI, André. Quem é contra o Bolsa Família ou é mal-intencionado, ou está mal-informado. **Portal Geledés**. 2013. Disponível em: <<http://arquivo.geledes.org.br/em-debate/colunistas/19154-quem-e-contra-o-bolsa-familia-ou-e-mal-intencionado-ou-esta-mal-informado>>. Acessado em: 25 de junho de 2014.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007. P. 99 – 136.

SILVA, Hélio R. S. **A situação etnográfica: andar e ver**. Horiz. Antropol, v. 15, n. 32, Porto Alegre: 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200008> Acessado em: 03 de junho de 2014.

TEDESCO, João C. **Paradigmas do Cotidiano**: Introdução à constituição de um campo de análise do social. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999.

VILELA, Heloisa. Lena Lavinias: Bolsa Família é mudança positiva, mas insuficiente. **Vi o mundo**: o que você não vê na mídia. 2014. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/lena-lavinias-bolsa-familia-e-mudanca-positiva-mas-insuficiente-na-ausencia-de-servicos-publicos-beneficia-sistema-financeiro.html>>. Acessado em: 25 de junho de 2014.

WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres negras**: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/205043208/Mulheres-Negras-org-JUREMA-WERNECK>> Acessado em: 17 de julho de 2014.